



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.114.272/0001-88

## LEI MUNICIPAL Nº 1929, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

**“DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) DO MUNICÍPIO DE DIVINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O povo do Município de Divino, por seus representantes na Câmara de Vereadores, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

### TÍTULO I

### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

### CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** A Política Municipal de Saneamento Básico tem por finalidade garantir a salubridade do território – urbano e rural e o bem estar ambiental de seus habitantes.

**Art. 2º.** A Política Municipal de Saneamento Básico será executada em programas, projetos e ações, de forma integrada, planejada, em processo contínuo, e obedecendo as disposições contidas na presente lei e nos procedimentos administrativos dela decorrentes.

**Art. 3º.** A salubridade ambiental e o saneamento básico, indispensável à segurança sanitária e à melhoria da qualidade de vida, é um direito e dever de todos e obrigação do Município, assegurada por políticas públicas sociais, prioridades financeiras e eficiência gerencial que viabilizem o acesso universal e igualitário aos benefícios do saneamento.

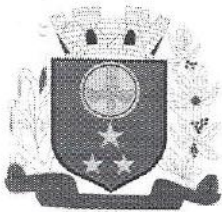
**Art. 4º.** Fica autorizado o regime de concessão ou permissão dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, cabendo ao Município organizar e prestar diretamente os serviços ou delegá-los a consórcio público ou empresa pública através da gestão associada ou ainda a iniciativa privada.

Rua Marinho Carlos de Souza, 05 – Centro - Divino-MG CEP 36.820-000

TEL: (032) 3743-1156

Site: [www.divino.mg.gov.br](http://www.divino.mg.gov.br)

e-mail: [prefeturadivino@gmail.com](mailto:prefeturadivino@gmail.com)



**Art. 5º.** O Município poderá realizar programas conjuntos com a União, Estado e outras instituições públicas, mediante convênios de cooperação mútua, gestão associada, assistência técnica e apoio institucional, com vistas a assegurar a operação e a administração eficiente dos serviços de saneamento básico.

**Art. 6º.** Para a adequada execução dos serviços públicos de saneamento, deles se ocuparão profissionais qualificados e legalmente habilitados.

**Art. 7º.** Para os efeitos desta Lei considera-se:

I – Salubridade Ambiental como estado de qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente e de promover as condições ecológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar da população urbana e rural;

II – Saneamento Ambiental como o conjunto de ações que visam alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio do abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, prevenção e controle do excesso de ruídos, drenagem urbana, controle de vetores de doenças transmissíveis demais serviços e obras especializados;

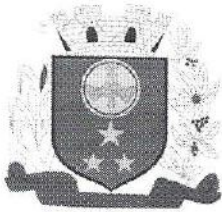
III – Saneamento Básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final dos resíduos domésticos e dos resíduos originários da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de



vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

**IV** - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

**V** - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

**VI** - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

**VII** - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

## SEÇÃO II

### Dos princípios

**Art. 8º.** A Política Municipal de Saneamento orientar-se-á pelos seguintes princípios:

**I** - A prevalência do interesse público e coletivo sobre o privado e particular;

**II** - A prevalência das questões sociais sobre as econômicas na sua gestão;

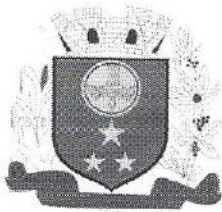
**III** - A melhoria contínua da qualidade ambiental;

**IV** - O combate à miséria e seus efeitos prejudiciais à saúde individual e à salubridade ambiental;

**V** - A participação social nos processos de planificação, gestão e controle dos serviços;

**VI** - A universalização, a equidade e a integralidade dos serviços de saneamento básico;

**VII** - A sustentabilidade ambiental e financeira das áreas que compõe o saneamento básico.



### SEÇÃO III

#### Das Diretrizes Gerais

**Art. 9º.** A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - Administrar os recursos financeiros municipais, ou de transferência ao setor, obtendo-se eficácia na melhoria da qualidade ambiental e na saúde coletiva;

II - Desenvolver a capacidade técnica em planejar, gerenciar e realizar ações que levem à melhoria da qualidade ambiental e da capacidade de gestão das instituições responsáveis;

III - Valorizar o processo de planejamento e decisão, integrado a outras políticas, sobre medidas preventivas ao uso e ocupação do solo, escassez ou poluição de mananciais, abastecimento de água potável, drenagem de águas pluviais, disposição e tratamento de efluentes domésticos e industriais, coleta, disposição e tratamento de resíduos sólidos de toda natureza e controle de vetores;

IV - Coordenar e integrar as políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, educação ambiental, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo tanto a nível municipal como entre os diferentes níveis governamentais;

V - Considerar as exigências e características locais, a organização social e as demandas socioeconômicas da população;

VI - Buscar a máxima produtividade e excelência na gestão dos serviços de saneamento ambiental;

VII - Respeitar a legislação, normas, planos, programas e procedimentos relativos ao saneamento ambiental, saúde pública e meio ambiente existentes quando da execução das ações;

VIII - Incentivar o desenvolvimento científico na área de saneamento, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

IX - Adotar indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento;



X - Promover programas de educação ambiental e sanitária, com ênfase na temática do saneamento básico e áreas afins;

XI - Realizar investigação e divulgação sistemáticas de informações sobre os problemas de saneamento e educação sanitária;

XII - Dar publicidade a todos os atos do gestor dos serviços de saneamento básico, em especial, às planilhas de composição de custos e as tarifas e preços.

## CAPÍTULO II

### DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

#### SEÇÃO I

##### Da Composição

**Art. 10.** A política Municipal de Saneamento Ambiental contará, para execução das ações delas decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

**Art. 11.** O Sistema Municipal de Saneamento Básico de Divino fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

**Art. 12.** O sistema Municipal de Saneamento Básico de Divino é integrado pelos seguintes órgãos e entidades:

I - Conselho Municipal de Meio Ambiente de Divino - CONDEMA;

II - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

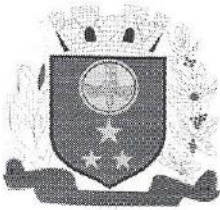
III - Secretaria de Educação e Cultura;

IV - Secretaria de Saúde

V - Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais;

VI - Organizações da Sociedade Civil;

VII - Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE).



**Art. 13.** O sistema Municipal de Saneamento Básico de Divino contará com os seguintes instrumentos e ferramentas de gestão:

- I - Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- II - Plano Municipal de Saneamento Ambiental;
- III - Conferência de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente;
- IV - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental;
- V - Sistema Municipal de Informações em Saneamento.

## SEÇÃO II

### **Do Controle Social através do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**Art. 14.** O controle social dos serviços públicos de saneamento básico dar-se-á através do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que é órgão colegiado, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do Município.

**§1º.** Na composição do Conselho será assegurada a representação dos titulares dos serviços, de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico, dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico, dos usuários de serviços de saneamento básico e de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

**§2º.** Compete ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

I - Auxiliar na formulação, planificação e execução da política de saneamento ambiental, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar a sua execução;

II - Opinar e dar parecer sobre projetos de leis que estejam relacionados à Política Municipal de Saneamento Ambiental, assim como convênios;

III - Decidir sobre propostas de alteração da Política Municipal de Saneamento Ambiental;



**IV** - Estabelecer metas e ações relativas à cobertura e qualidade dos serviços de água potável e esgotamento sanitário de forma a garantir a universalização do acesso;

**V** - Estabelecer metas e ações relativas à cobertura e otimização dos serviços de resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de vetores;

**VI** - Propor a convocação e estruturar a comissão organizadora da Conferência de Saneamento Ambiental;

**VII** - Exercer a supervisão de todas as atividades do responsável pelos serviços públicos de saneamento, dando opiniões e sugestões;

**VIII** - Avaliar a aprovar os Indicadores constantes do Sistema Municipal de Informações em Saneamento;

**IX** - Aprovar as tarifas, taxas e preços, assim como subsídios;

**XI** - Deliberar sobre a criação e aplicação de fundos de reservas e especiais;

**XII** - Fixar normas de transferências das dotações orçamentárias;

**XIII** - Examinar propostas e denúncias e responder a consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saneamento;

**XIV** - Estabelecer diretrizes para a formulação de programas de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental;

**XV** - Estabelecer diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental;

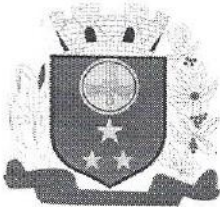
**XVI** - Articular-se com outros conselhos existentes no País, nos Municípios e no Estado com vistas a implementação do Plano Municipal de Saneamento.

**Art. 16.** O Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável terá uma Câmara Técnica Permanente de Saneamento à qual compete:

**I** - Propor minutas de anteprojeto de leis, resoluções e outros atos normativos;

**II** - Propor critérios e normatizações;

**III** - Acompanhar estudos, projetos e outros trabalhos relacionados com suas atribuições;



**IV** - Subsidiar as discussões do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, manifestando-se quando consultado, nas matérias de competência deste, explicitadas em estatuto próprio conforme suas atribuições específicas;

**V** - Informar-se sobre as Deliberações do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Conselho Estadual de Meio Ambiente – SICLA, e de órgãos e instituições afins que possam subsidiar os trabalhos da Câmara Técnica;

**VI** - Elaborar seu Regimento Interno;

**VII** - Criar subcâmaras ou Grupos de trabalhos, no âmbito de suas atribuições específicas, conforme a natureza e necessidade dos assuntos em discussão;

**VIII** - Apresentar relatórios, pareceres e propostas decorrentes dos trabalhos para apreciação e decisão do plenário do Conselho;

**IX** - Subsidiar, no que couber, os trabalhos do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na elaboração, avaliação e acompanhamento dos trabalhos pertinentes ao Plano Municipal de Saneamento Básico e ao Relatório de “Situação de Saneamento Básico do Município”;

**X** - Assegurar os mecanismos de controle social em todas as etapas da Política Municipal de Saneamento Básico.

**Art. 17.** A Câmara Técnica Permanente de Saneamento Ambiental, órgão consultivo, de assessoramento técnico será composta por membros de órgãos e entidades do Conselho Municipal de Meio Ambiente, de forma paritária, representando, o Município e a sociedade civil, bem como, por demais entidades que possam ter vinculação direta aos trabalhos desenvolvidos pela Câmara Técnica, indicado pelo Coordenador e aprovados pela Plenária deste Conselho.

**Parágrafo único.** O Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deverá suprir de forma complementar e supletiva, o suporte técnico e administrativo necessário ao bom desenvolvimento dos trabalhos da câmara técnica.

### SEÇÃO III

#### Do Plano Municipal de Saneamento Básico

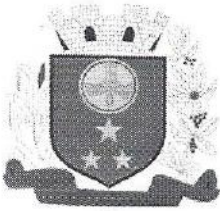
Rua Marinho Carlos de Souza, 05 – Centro - Divino-MG CEP 36.820-000

TEL: (032) 3743-1156

Site: [www.divino.mg.gov.br](http://www.divino.mg.gov.br)

e-mail: [prefeituradivino@gmail.com](mailto:prefeituradivino@gmail.com)





**Art. 16.** O Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Divino destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, é o instrumento essencial para o alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental e de desenvolvimento.

**Art. 17.** O Plano Municipal de Saneamento Básico será revisado e conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

I - Diagnóstico situacional sobre a salubridade ambiental do Município e de todos os serviços de saneamento básico, por meio de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, sociais, econômicos e de gestão;

II - Definição de diretrizes gerais, através de planejamento integrado, considerando outros planos setoriais e regionais;

III - Estabelecimento de metas e ações emergenciais, de curto, médio e longo prazo;

IV - Definição dos recursos financeiros necessários, das fontes de financiamento e cronograma de aplicação, quando possível;

V - Programa de investimento em obras e outras medidas relativas à utilização, recuperação, conservação e proteção dos sistemas de saneamento, em consonância com o Plano Plurianual da Administração Municipal.

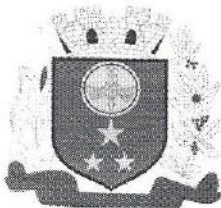
**Art. 18.** O Plano Municipal de Saneamento Básico Participativo será avaliado a cada quatro anos, ou conforme determinado na Conferência de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Município de Divino tomando por base os relatórios sobre o saneamento básico.

§1º. Os relatórios referidos no "caput" do artigo serão publicados até 28 de fevereiro de cada dois anos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, reunidos sob o título de "Situação de Saneamento Básico do Município".

§2º. O relatório "Situação de Saneamento Básico do Município", conterá, dentre outros:

I - Avaliação da salubridade ambiental das zonas urbana e rural;

II - Avaliação do cumprimento dos programas previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico;



III - Proposição de possíveis ajustes dos programas, cronogramas de obras e serviços e das necessidades financeiras previstas.

§3º. Os investimentos previstos para cumprimento de metas do Plano Municipal de Saneamento Básico deverão estar de acordo com o Plano Plurianual, assim como LDO e LOA.

## SEÇÃO IV

### Da Conferência de Saneamento Básico e Meio Ambiente

**Art. 19.** A Conferência de Saneamento Básico e Meio Ambiente reunir-se-á a cada dois anos, durante o mês de maio com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saneamento básico e propor diretrizes para a formulação da Política Municipal de Saneamento Básico.

**Art. 20.** A Conferência será convocada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

**Parágrafo único.** A Conferência de Saneamento Básico e Meio Ambiente terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e submetidos à respectiva Conferência.

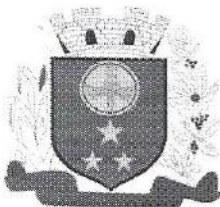
## SEÇÃO V

### Do Fundo Municipal de Gestão Compartilhada de Saneamento

**Art. 21.** Fica instituído o Fundo Municipal de Gestão Compartilhada de Saneamento (FMGC) para concentrar recursos destinados a projetos de interesse de saneamento municipal.

§1º. Constituem receitas do Fundo Municipal de Gestão Compartilhada de Saneamento:

- I - dotações orçamentárias;
- II - arrecadação de multas previstas;



**III** - contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

**IV** - as resultantes de convênios, contratados e consórcios celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

**V** - as resultantes de doações a que venha receber de pessoas físicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais;

**VI** - rendimento de qualquer natureza que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicação do seu patrimônio;

**VII** - outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Gestão Compartilhada de Saneamento.

**§2º.** O Conselho Gestor do Saneamento Básico será o gestor do Fundo, cabendo-lhe aplicar os recursos de acordo com o plano municipal de saneamento básico.

**Art. 22.** O Fundo Municipal de Gestão Compartilhada de Saneamento, destinado a garantir, de forma prioritária, investimentos em saneamento básico, em todos seus segmentos e contribuir com acesso progressivo dos usuários ao saneamento básico e o cumprimento do proposto e regrado por Lei Municipal e seus dispositivos.

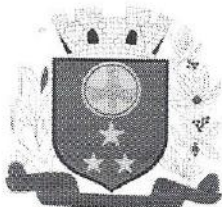
## SEÇÃO VI

### Do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

**Art. 23.** Fica criado o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, cujas finalidades, em âmbito municipal, serão:

**I** - Constituir banco de dados com informações e indicadores sobre os serviços de saneamento básico e a qualidade sanitária do Município;

**II** - Subsidiar o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na definição e acompanhamento de indicadores de desempenho dos serviços públicos de saneamento;



III - Avaliar e divulgar os indicadores de desempenho dos serviços públicos de saneamento básico, na periodicidade indicada pelo Conselho Gestor de Saneamento Básico.

§1º. Os prestadores de serviço público de saneamento básico fornecerão as informações necessárias para o funcionamento do Sistema Municipal de Informações em Saneamento, na forma e na periodicidade estabelecidas pelo Conselho Gestor de Saneamento Básico.

§2º. A estrutura organizacional e a forma de funcionamento do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico serão estabelecidas em regulamento.

§3º. O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico estará integrado aos dispositivos da legislação municipal aplicável e em conformidade com o art. 9º, inciso VI, da Lei nº 11445, de 05 de janeiro de 2007.

### CAPÍTULO III

#### Das Disposições Finais e Transitórias

**Art. 24.** O primeiro Plano Municipal de Saneamento Básico Participativo (PMSB) de Divino com vigência para os próximos anos é aquele apresentado como documento base para análise e aprovação da presente Lei.

**Art. 25.** Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico serão reorganizados para atender o disposto nesta Lei.

**Art. 26.** O Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na sua próxima assembleia ou no prazo de 60 (sessenta dias), realizará a revisão do seu regimento interno com o objetivo de adequá-lo a esta Lei da Política Municipal de Saneamento Básico.

**Art. 27.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa dias) a partir da sua promulgação.

**Art. 28.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente e constituintes do Fundo Municipal de Gestão Compartilhada de Saneamento, suplementadas se necessárias.

**Art. 29.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

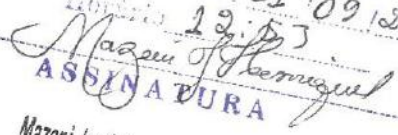
CNPJ: 18.114.272/0001-88

Prefeitura Municipal de Divino, 18 de Setembro de 2015.

  
**Mauri Ventura do Carmo**  
**Prefeito Municipal**



CÂMARA MUNICIPAL  
DE DIVINO  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
Recebido em 21/09/2015  
Horário 12:53

  
ASSINATURA

Mazeni Justiniana Henrique  
SECRETÁRIA EXECUTIVA

Rua Marinho Carlos de Souza, 05 – Centro - Divino-MG CEP 36.820-000

TEL: (032) 3743-1156

Site: [www.divino.mg.gov.br](http://www.divino.mg.gov.br)

e-mail: [prefeituradivino@gmail.com](mailto:prefeituradivino@gmail.com)